

Eixo Temático ET-13-001 - Educação Ambiental

PROBLEMAS URBANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA REALIDADE DOS PARQUES MUNICIPAIS?

Giovanna Maria Barcelos Santos¹, Clayton Ângelo Silva Costa²

¹Aluna do Curso Técnico em Edificações | Iniciação Científica | Pibic-Jr | Fapemig | CEFET-MG; ²Doutorando em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre | UFMG | Orientador Programa de Iniciação Científica | Pibic-jr | Fapemig | CEFET-MG)

RESUMO

O processo de urbanização imprime vários problemas ambientais à paisagem onde está inserido. Dentre os problemas, destacam-se os ruídos, as vibrações, o tráfego de veículos pesados, a poeira, os gases, a contaminação das águas, o rejeito, o lixo e etc. Porém, percebe-se que algumas práticas socioambientais voltadas à conscientização ambiental são direcionadas a outros temas distantes da realidade verificada nos centros urbanos. Logo, torna-se interessante apurar se os parques municipais abordam parte dos problemas urbanos em seus respectivos cotidianos e se estes, contam com a presença de centros de educação ambiental. Já que a figura de tais centros se torna imprescindível frente à construção de programas ambientais mais estruturados. Diante desse cenário, tem-se o município de Belo Horizonte/MG como o recorte espacial para subsidiar a pesquisa, a qual tem como objetivo conduzir os leitores a pensar sobre a seguinte indagação: Os problemas ambientais urbanos são abordados nos centros de educação ambiental dos parques públicos municipais?

Palavras-Chave: Parques urbanos; Impactos ambientais; Educação ambiental.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização implica na transformação do espaço de maneira brusca, ou seja, as áreas naturais são transformadas em casas, edifícios, avenidas, indústrias, comércios e etc. Isso acaba implicando em vários problemas ambientais, como a grande quantidade de lixo sem local de estocagem, a poluição atmosférica e hídrica, o enfraquecimento do solo e a mudança das condições climáticas nos grandes centros urbanos.

A degradação ambiental nas cidades está intimamente ligada ao processo de industrialização e consumo. As máquinas e as mudanças de ideologia provocaram um aumento da produção. Conseqüentemente, a exploração de matérias primas, a poluição, o lixo e os impactos ambientais, em geral, aumentaram. Segundo Costanza (1997, citado por HOEFFEL et al., 2008), os problemas ambientais passaram a ter significância na Expansão Industrial após a Segunda Guerra Mundial, com o aumento da tecnologia sem o cuidado e manutenção dos recursos naturais, tornando necessário uma aceitação desse descompasso existente entre a tecnologia e a manutenção adequada dos recursos naturais.

Diante desse contexto, aqueles que vivem diariamente no ambiente urbano sofrem com estresse e até problemas de saúde. Como maneira de amenizar esses

impactos na sociedade, o governo oferta áreas verdes com o intuito de preservar o ambiente, como os parques ecológicos e/ou municipais. Esses oferecem muitos benefícios para a população e para o ambiente urbano, uma vez, que se caracterizam por serem locais tranquilos, silenciosos, frescos, de socialização e de lazer.

Essa realidade é de extrema relevância para o ambiente em que foram inseridos e pode ser enfatizada no trecho: “Com a finalidade de melhorar a qualidade de vida, pela recreação, preservação ambiental, áreas de preservação dos recursos hídricos, e à própria sociabilidade, essas áreas se constituem como atenuantes da paisagem urbana” (LOBODA e ANGELIS, 2002).

No entanto, se mostram pouco eficientes nos projetos de educação ambiental. O parque por ser uma área que almeja preservar a biodiversidade local e melhorar a qualidade de vida da população deveria ser atuante num processo de conscientização da população sobre os problemas ambientais; oferecer programas de educação ambiental; sensibilizar os visitantes e contribuir para a formação de uma sociedade sustentável, ativa na proteção do meio ambiente.

A GEOGRAFIA DOS PARQUES PÚBLICOS

Os programas de educação ambiental nos parques municipais e/ou ecológicos podem ser ferramentas importantíssimas quanto ao processo de construção da consciência ambiental da população urbana. E como parte integrante do referido processo, tem-se a percepção ambiental como mecanismo primordial. Afinal, é essencial perceber e/ou interpretar a realidade desses parques para que a elaboração de atividades de EA sejam mais estruturadas. Diante desse contexto, torna-se conveniente comentar sobre alguns aspectos geográficos e históricos dos parques.

No que se refere aos aspectos geográficos, a Figura 1 aponta a localização dos 73 parques municipais de Belo Horizonte administrados pela prefeitura. Eles são divididos pela extensão territorial do município sem considerar o tamanho das regionais ou a concentração de ruas, como é possível perceber na região Barreiro e Leste, que têm grandes dimensões, mas contam com apenas três e um parque municipal, respectivamente. Talvez seja interessante que o poder público trace estratégias quanto ao dimensionamento espacial dos futuros parques municipais.

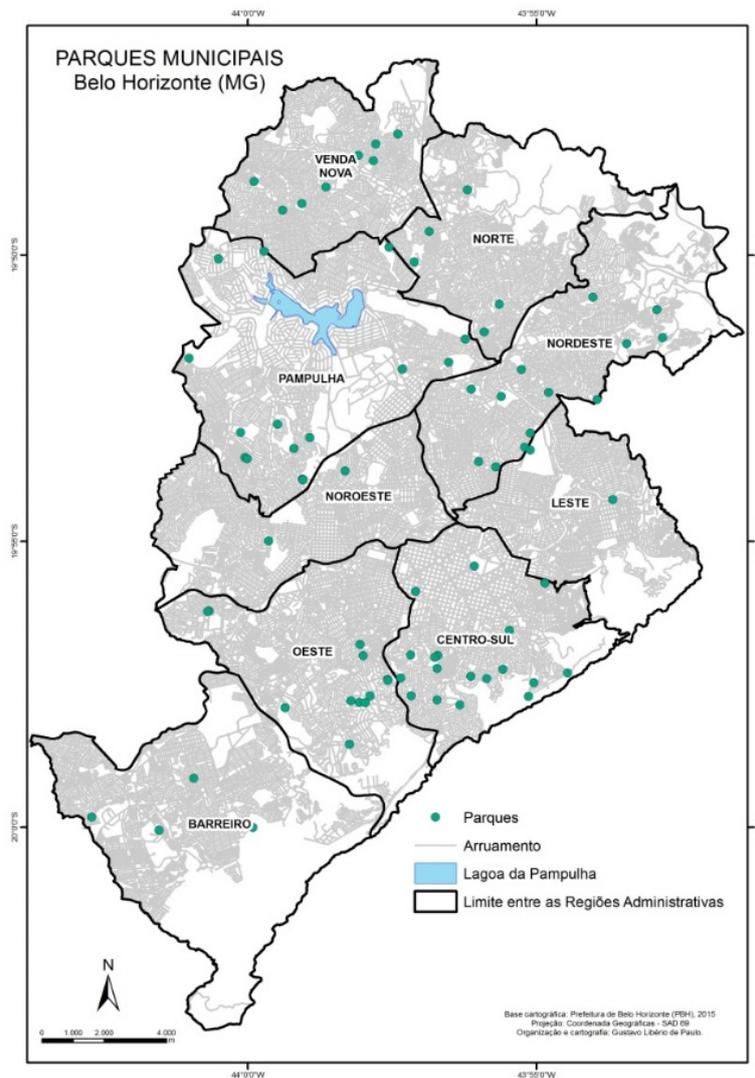


Figura 1. Parques Municipais de Belo Horizonte. Fonte: Laboratório de Cartografia da PUC Minas (2015).

Ainda dentro do aspecto geográfico, a Figura 2 expõe exclusivamente os parques municipais que apresentam Centros de educação ambiental (CEAs): Parque Nossa Senhora da Piedade e Parque Roberto Burle Marx. Essa realidade reforça a ideia de que as políticas públicas voltadas à oferta de programas e centros de educação ambiental devem ser revistas.

Pois essa quantidade é muito ínfima quando comparada com a dimensão total do município, de forma que os projetos educacionais desses CEAs deixam a maioria da população belo-horizontina sem conhecimento sobre os problemas ambientais causados pela urbanização. Afinal, a educação ambiental é um processo duradouro que permite a conscientização dos indivíduos. Isso é enfatizado por STRANZ (2002, p.230) que afirma “do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais presentes e futuro”.

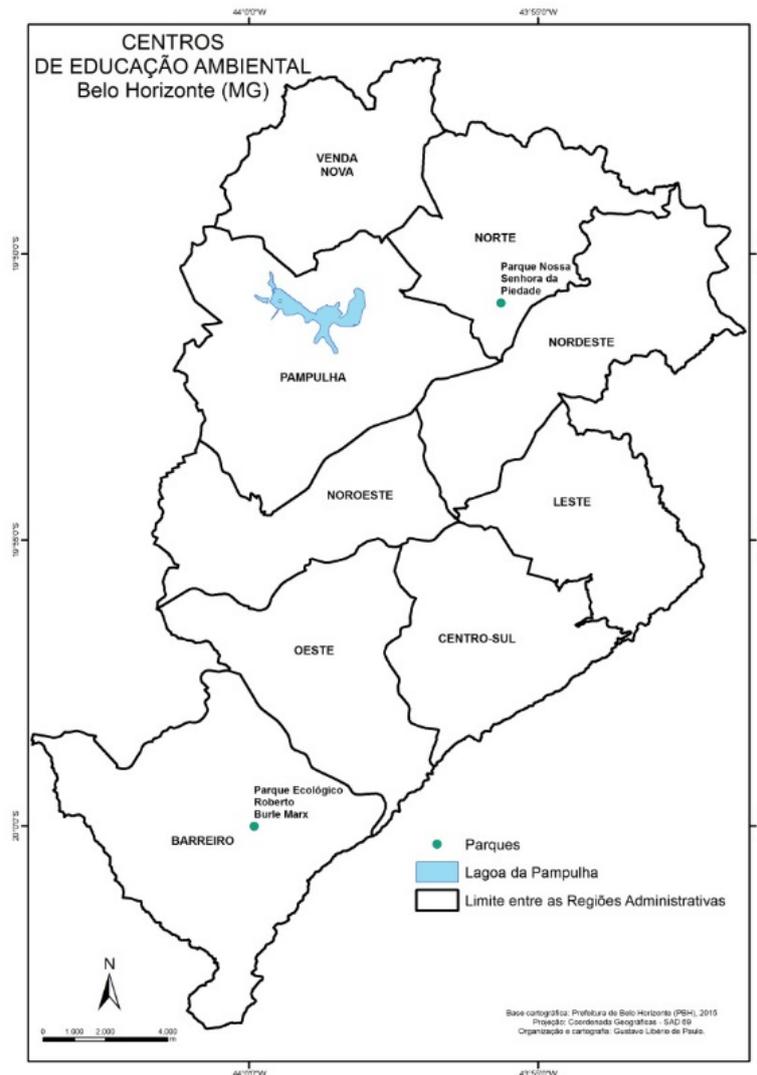


Figura 2. Parques Municipais com Centros de Educação Ambiental em Belo Horizonte. Fonte: Laboratório de Cartografia da PUC Minas (2015).

Ainda no limbo do aspecto geográfico, tem-se a Figura 3, o qual complementa as informações do 2, uma vez que além de indicar os parques municipais que têm CEA, também mostra os arruamentos, relevando quais são as áreas que provavelmente são mais habitadas no município de Belo Horizonte. A partir da sua análise, é possível perceber que a escolha do local para a instalação do CEA é feita sem muitos critérios, dependendo apenas das condições do próprio parque. Mais outro indício de que o planejamento ambiental da capital para seus parques urbanos é de certa forma deficitário.

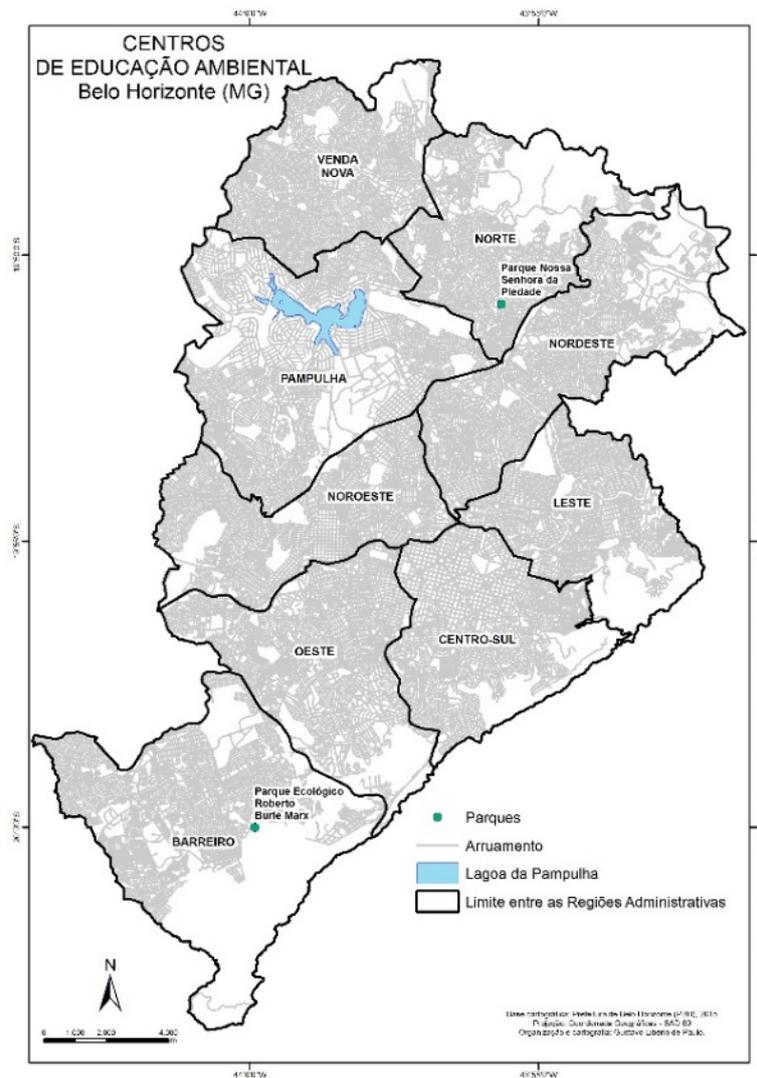


Figura 3. Parques Municipais com Centros de Educação Ambiental em Belo Horizonte, com indicação dos arruamentos. Fonte: Laboratório de Cartografia da PUC Minas (2015).

Quanto ao aspecto histórico desses parques é preciso enfatizar que o Parque Nossa Senhora da Piedade, foi criado em 2008 através do Programa Drenurbs (Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte). Dessa forma, o Córrego Nossa Senhora da Piedade, que tinha grande necessidade de saneamento, foi recuperado. A partir da recuperação desse córrego e entorno, fundou-se o parque que proporcionou uma nova opção de lazer para os moradores do bairro Aarão Reis, localizado na regional Norte.

Já o Parque Roberto Burle Marx, também conhecido como Parque das Águas, localizado na regional Barreiro, foi construído em 1992 para ser casa de descanso do prefeito, até que o espaço se configurou como uma área de preservação e lazer que é atualmente.

Outro parque que deve ter a história resgatada é o das Mangabeiras, localizado na regional Centro-Sul, uma vez que tem um CEA desativado. Ele foi criado em 1996 com o objetivo de preservar a Serra do Curral, patrimônio natural da cidade, já que essa estava sendo devastada pela mineração.

Portanto, apreender sobre o papel histórico dos parques pode contribuir para a elaboração de programas de EA mais robustos. Já os aspectos geográficos ora citados nos leva a crer que a quantidade de parques municipais com a presença de Centro de Educação Ambiental (CEA) é insuficiente dentro da mancha urbana. Já que o planejamento ambiental para os parques urbanos de Belo Horizonte não é realizado a fundo, talvez seja interessante que a prefeitura deste município se preocupe com o planejamento dessa natureza voltado à criação de centros de educação ambiental. Nesse viés uma medida simples seria delegar uma junta de profissionais e/ou departamentos especializados em atividades a serem ofertadas em CEA, uma vez que o setor responsável pela educação ambiental transparece ser deficitário.

UM OLHAR CRÍTICO EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS PARQUES

A educação ambiental é uma das principais maneiras de gerar a sensibilização do homem, de forma que ele se sinta parte integrante do meio ambiente e passe a se responsabilizar também pelos problemas nele presentes. Como dito por Aquime (2011, p. 17) “Em face ao exposto, a Educação Ambiental seria vista como agente disseminador de conhecimentos sobre o meio ambiente urbano e, conseqüentemente, indutora da mudança de atitudes”.

Os programas de EA são então implantados em CEA de parques municipais e/ou ecológicos, localizados em grandes áreas urbanas, que são marcadas pelas transformações surgidas a partir da relação homem-natureza. Diante dessa realidade, Belo Horizonte contava com três CEAs em parques municipais, no entanto um não está mais em funcionamento, restando apenas dois: o CEA Norte e CEA Barreiro.

Os relatos abaixo discriminados foram edificados através das visitas a campo que foram realizadas aos parques municipais de BH.

O primeiro caso, refere-se ao CEA Norte, o qual é responsável pela educação ambiental da regional de mesmo nome. Esse não é muito estruturado, uma vez que não apresenta uma construção física separada e específica para ele: sua sede é conjunta com a administração do Parque. As atividades que lá acontecem também não são diárias, pois não há público nem equipe suficiente para tal. Elas devem ser agendadas ou acontecem apenas em datas e eventos especiais.

No caso dos agendamentos, eles são feitos principalmente por escolas, dessa forma, os estudantes podem aprender sobre como respeitar o meio ambiente e serem mais sustentáveis por meio de oficinas, palestras e pelo próprio lazer/contato com a natureza do parque. Já os eventos são aqueles em que toda a comunidade é convidada e a educação ambiental é repassada juntamente com o tema da festa. Isso ocorreu, por exemplo, na festa junina com o tema da preservação da água em Julho/2015.

Além disso, dentro dos assuntos tratados, eles têm uma preocupação com a questão do solo, da água, fauna e flora, dando ênfase em relação às nascentes (devido ao histórico do parque) e ao lixo. No caso do lixo, ele é tratado especificamente, pois a população precisa de uma instrução especial: esse parque está localizado numa

depressão, de forma que o lixo jogado aos redores em local inadequado pode ser carregado para o interior do parque, ao chover.

No caso do CEA Barreiro, ele também não oferece atividades diárias, já que falta equipe especializada. No entanto, apresenta uma edificação, em partes, voltada para a construção verde.

A edificação em si desse CEA já é um grande legado e serve como exemplo para educação ambiental, afinal apresenta telhado verde, pisos feitos a partir da reciclagem de pneus, grandes janelas de vidro para utilizar ao máximo a luz natural, inclinação de telhados adequada para a captação de água e energia solar. Além disso, tem auditório com equipamento para apresentação, sala de oficinas e experiências, banheiros e está localizado perto dos contêineres de coleta seletiva e recolhimento de óleo de cozinha.

Ou seja, a estrutura é excepcional e caso tivesse equipe adequada poderia ser utilizado diariamente, com programações semanais diversas e destinados a diferentes públicos com faixas etárias variadas. “É fundamental a formação de profissionais que atendam com eficiência à resolução dos problemas ambientais e que evidenciem esforços no sentido de promover o desenvolvimento sustentável” (OLIVEIRA e CORONA, 2008, p. 3).

Para então não deixar o CEA em total desuso, a própria administradora do parque realiza o atendimento a algumas escolas que agendam visitas. Ela faz o atendimento por meio de palestra com slide, onde fala um pouco da história do parque, uma vez que, saber o histórico do local muda totalmente a percepção dos ouvintes; e a partir disso, os problemas são tratados de forma mais local. Fala-se da fauna e flora presente no parque; de algumas nascentes de água existentes na sua extensão, como o Córrego do Clemente e as associa com a necessidade diária de preservação da água; cita-se também a qualidade do ar em ambientes naturais; e a respeito do lixo, utiliza-se do próprio projeto social realizado no parque de reutilização de retalhos para criação de outros produtos, como bolsas e roupas; e em relação aos contêineres de coleta seletiva, trata-se principalmente aos óleos de cozinha.

Após a palestra dentro do auditório, esses espectadores são convidados a realizar uma trilha ecológica em mata fechada, onde têm contato direto com a natureza e com as vertentes tratadas dentro do auditório.

Porém, com a falta de equipe ativa, nem todos aqueles que têm interesse em conhecer o CEA Barreiro podem fazê-lo, prejudicando a conscientização e mudança de hábitos da população. Sendo assim, a maioria do seu potencial não é aproveitado.

Na Região Centro-Sul, outra situação acontece: o Parque das Mangabeiras que é um espaço muito visado em Belo Horizonte por ser amplo, bonito, tranquilo e apresentar grande área verde, trilhas ecológicas e espaços de lazer como quadras, pistas de skate e playgrounds, vem sendo utilizado apenas para lazer e entretenimento. Toda a sua área verde e preservada não é muito considerada e valorizada pelo público que o visita. Isso porque o CEA que ali tinha está em desuso: falta equipe adequada para realizar as atividades e oficinas do centro.

“O parque {das Mangabeiras}, então, possui tanto função ambiental, quanto turística e histórica” (DUARTE; BARBOSA; FARIA; SOARES; ROLIM, 2012, p. 152). Sendo assim, não funcionamento deste CEA é lamentável tanto para o município, quanto para o meio ambiente, uma vez que o parque tem extrema magnitude e recebe muitos visitantes.

PROBLEMAS URBANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA REALIDADE DOS PARQUES MUNICIPAIS?

A urbanização gera impactos ambientais que acabam afetando diretamente a qualidade de vida da população. Como maneira de compensar partes desses problemas nas grandes cidades, as prefeituras criam e oferecem programas e centros de educação ambiental com o objetivo de gerar a sensibilização nesses habitantes, de forma que eles também se transformem em sujeitos conscientes e sustentáveis.

E para abrigar esses programas de EA, os parques municipais se mostram ideais, afinal são áreas verdes, que normalmente apresentam nascentes, diferentes espécies de animais e vegetais e também áreas de lazer. A prefeitura até se aproveita desses aspectos, mas de maneira insuficiente. Afinal, são pouquíssimos os parques que apresentam CEA estruturados. Diante desse cenário, percebe-se que os problemas ambientais urbanos e a educação ambiental são abordados de forma superficial, deficitária ou inexistente no contexto dos parques municipais de Belo Horizonte.

Logo, torna-se importante apresentar uma modesta proposta de como abordar os principais problemas ambientais urbanos dentro de um CEA de um parque municipal. Essa proposta elencada através do quadro 1 pode auxiliar a prefeitura de Belo Horizonte e também a própria administração dos parques municipais a refletirem sobre possíveis novos programas de educação ambiental e políticas públicas.

Tabela 1. Proposta de repaginação da estrutura dos programas de EA.

PROBLEMAS URBANOS	PROPOSTA DE COMO PODEM SER TRATADOS NOS CEA
Poluição atmosférica	Mostrar a diferença na qualidade do ar entre o espaço natural (parque) e o urbano. Para isso, pode-se trabalhar a respiração e observar a presença de líquens.
Poluição hídrica	Promover a observação das nascentes; atentar para a biodiversidade presente nela e comparar com a situação dos córregos na área urbana. Tratar sobre a importância da mata ciliar.
Poluição sonora e visual	Momento de relaxamento, dando ênfase à sensação de tranquilidade que é causada pelo contato com a natureza e pelo silêncio. Propõe-se até a construção de uma sala com botões que imitem os sons do meio urbano, e depois uma caminhada pelo parque/trilhas ecológicas, de forma a ficar claro essa poluição sonora e visual enfrentada no meio urbano.
Lixo	Promover: a construção de containers para coleta seletiva; oficinas que trabalhem a reciclagem, permitindo ao visitante transformar aquilo que seria descartado em algo que possa ser utilizado novamente; a conscientização do tempo que cada material leva para sofrer a decomposição no meio ambiente; gincanas que tenham como objetivo o recolhimento do lixo ao longo do parque.
Mau aproveitamento do solo	Promover o contato dos visitantes com o solo, a fim de enfatizar qual a importância das áreas de infiltração nas grandes cidades e as causas dos desmoronamentos.

Fonte: Barcelos (2015).

Por conseguinte a Tabela 1 esboça ideias simples e importantes, as quais abarcam vários problemas ambientais de cunho urbano e, que podem facilmente serem aplicadas em centros de educação ambiental desde que as autoridades públicas voltem suas atenções ao universo das políticas ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das experiências catalogadas nos parques municipais foi possível perceber que a educação ambiental para os parques urbanos e/ou municipais em Belo Horizonte pode ser melhorada, planejada e conseguinte, executada. Quando se tem um CEA com estrutura física adequada, não há equipe para suprir a demanda de trabalho e atividades; e quando se tem a equipe, não se tem muito espaço para tal; e pode ocorrer também, como na maioria dos casos, a falta de ambos.

A fim de melhorar essa situação, é importante que a prefeitura de Belo Horizonte adquira um novo olhar a respeito da EA, dando-lhe mais espaço dentre as políticas públicas; que a Secretaria do Meio Ambiente do município consolide a criação do Projeto Político Pedagógico (PPP), que englobe e/ou trate dos assuntos específicos em relação à criação de centros de educação ambiental, uma vez que, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2005), “é ele que ajuda a sinalizar a trilha a ser percorrida, seus obstáculos, desvios e atalhos e os meios pelos quais se pode prosseguir na direção apropriada”; que as administrações dos parques e a população percebam a importância dos programas de EA e passem a exigir um maior impacto desse.

É possível perceber também que a falta de estruturação na EA do município pode provocar uma piora na situação ambiental atual. Pois sem conscientização e instrução adequada, os indivíduos continuam agindo de forma inadequada e não sustentável. Isso enfatiza a grande importância e urgência precisa na construção de projetos e CEAs.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são direcionados ao CEFET-MG, por ter avaliado e apoiado este projeto de natureza científica, contribuindo com a constante projeção e manutenção desta instituição em seu processo contínuo pela busca do desenvolvimento científico.

REFERÊNCIAS

AQUIME, M. L. P. **Educação ambiental no espaço urbano de Belém-PA**: análise das atitudes pró-ambientais em uma escola municipal. Belém: Universidade da Amazônia, 2011. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano).

DUARTE, M. B.; BARBOSA, F. M. C. P. B.; FARIA, A. V.; SOARES, B. R. B.; ROLIM, J.M. Da paisagem à paisagem-lugar: estratégias de sensibilização ambiental em alunos do ensino fundamental a partir do estudo do Parque dos Mangabeiras – Belo Horizonte. **Caminhos de Geografia**, v. 13, n. 43, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/17444>>. Acesso em: 13 set. 2015.

HOEFFEL, J. L.; SORRENTINO, M.; MACHADO, M. K. Concepções sobre a natureza e sustentabilidade um estudo sobre percepção ambiental na bacia hidrográfica do Rio Atibainha - Nazaré Paulista/SP. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/luis_hoffel.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2008.

LOBODA, C. A.; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005.

OLIVEIRA, K. A.; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **ANAP Brasil**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.17271/19843240112008>>. Acesso em: 13 set. 2015.

SILVA, F. D. **Projeto político pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. (Manual de Orientação).

STRANZ, A.; PEREIRA, F. S., GLIESCH, A. Projeto Universidade Solidária - Transmitindo Experiências em Educação Ambiental. In: ZAKRZEVSKI, S. B. B.; VALDUGA, A. T.; DEVILLA, I. A. (Orgs.). Anais do I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XVI Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente. Rio Grande do Sul: EdiFAPES, 2002.